

## Comissão aprecia hoje criação de fundo para combater a pobreza

Mecanismo destinado a erradicar a miséria pelos próximos dez anos, contido em proposta de Antonio Carlos Magalhães, é um dos pontos do relatório do deputado Roberto Brant que será discutido a partir das 14h

PÁGINA 5

### Agenda

#### ■ CPI DOS BANCOS

**SAI HOJE RELATÓRIO SOBRE VENDA DE DÓLARES AO MARKA E FONTECINDAM**

PÁGINA 3

#### ■ CPI DO JUDICIÁRIO

**RELATOR APRESENTA AMANHÃ SUAS CONCLUSÕES SOBRE A OBRA DO TRT-SP**

PÁGINA 3



Os senadores José Fogaça (C) e Francelino Pereira (D) coordenaram a reunião com cineastas e distribuidores para discutir o cinema nacional



## Senadores querem fortalecer a produção nacional

Os senadores da Subcomissão do Cinema Brasileiro querem uma política para amparar e fortalecer o setor. A preocupação cresceu com o depoimento do produtor Luís Carlos Barreto: ele previu na sexta-feira que a produção nacional deve cair de 40 filmes por ano para uma média de três a quatro. O exibidor Luís Severiano Ribeiro Neto, outro que depôs na subcomissão, também relatou as dificuldades do setor. Ele afirmou que o Brasil é um dos países que apresentam um dos menores índices de salas por espectadores.

PÁGINA 8



O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na sexta-feira o secretário da Defesa dos Estados Unidos, William Cohen (C), que veio ao país para assinar um acordo de coopera-

ção com o Ministério da Defesa e manter contatos com diversas autoridades. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Sarney, também participou da audiência.

PÁGINA 3

# Procuradores do DF falam na CAS sobre fraudes em bingos eletrônicos

Eles acusam diretor do Indesp, Luiz Antonio Buffara, de improbidade ao liberar bingos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) continua a investigação sobre suposto esquema de corrupção relacionado à liberação de autorizações para abertura de salões de bingos eletrônicos no país. Amanhã, às 9h, os senadores realizam audiência pública com os procuradores da República no Distrito Federal, Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb. Eles assinam ação cautelar que acusa o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antônio Buffara, de improbidade na condução da liberação dos bingos eletrônicos.

De acordo com o senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da comissão, o Ministério Público italiano teria entrado em contato com os procuradores convidados para averiguar a participação da máfia daquele país no processo.

Na mesma reunião a comissão também deve apreciar projeto de resolução da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a pensão de dependentes de integrantes do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas. O relatório da matéria é o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

## Parlamentares ouvem hoje Everardo sobre PPA e Orçamento

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, participará hoje, a partir das 18h, de audiência pública promovida pela Comissão Mista de Orçamento. Everardo falará aos parlamentares sobre o Orçamento da União para o próximo ano e sobre o Plano Plurianual de Investimento (PPA) para o triênio 2000/2003.

Na quinta-feira, a comissão realiza reunião para apreciar relatórios sobre projetos de lei que abrem créditos suplementares e especiais em favor de diversos órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, no valor total de R\$ 21,3 bilhões, e a execução orçamentária do subprojeto referente à BR-080/GO, no valor de R\$ 600 mil.

## Criação do Dia Nacional do Idoso na pauta da Comissão de Educação

O idoso brasileiro poderá ter seu dia comemorativo, caso a Comissão de Educação (CE) aprove projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que tramita em caráter terminativo. A comissão reúne-se hoje, a partir das 11h30, para apreciar, dentre outros, este projeto que estabelece a data de 27 de setembro como o Dia Nacional do Idoso. Estevão lembra que a ONU já instituiu o dia 2 de outubro como o Dia Internacional do Idoso, que vem sendo comemorado informalmente no Brasil em 27 de setembro.

A comissão também apreciará projeto de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública. Outro projeto a

ser analisado, de autoria do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), determina o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, transformando-o em Museu da História do Rádio no Brasil.

Reúne-se amanhã, a partir das 17h30, a Subcomissão de Rádio e TV, presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), tendo como tema "Radiodifusão Comunitária". Foram convidados para falar os presidentes da Anatel, Renato Navarro Guerreiro; da Rádio Ar Livre-RJ, Emmanoel Emir Alcântara Magalhães; da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias-DF, José Luiz do Nascimento Sotter; e o juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba-MG, Paulo Fernando Silveira.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 1999

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Entre outros itens, \*PLS nº 124/99 — complementar, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos; \*PLC nº 11/98, que regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição Federal; \*PLC nº 37/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); \*PLS nº 36/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; \*PLS nº 388/99, que altera o artigo 57 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos; e \*PLS nº 464/99, que dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Entre outros itens, \*PLS nº 41/99, que dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil; \*PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária; \*PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; \*PLS nº 218/99, que denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned) de Colatina; \*PLS nº 427/99, que altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; \*PLS nº 512/99, que denomina de Rodovia Luiz Carlos Prestes o trecho que especifica da Rodovia BR-020; e \*PLS nº 532/99, que inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza

Pauta: Apresentação e votação do relatório final e apresentação de sugestões. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

15h — CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Reunião interna. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Seminário "Amazônia — Patrimônio Ameaçado?". Palestrantes: Os ministros Elcio Alvares, da Defesa e Luiz Felipe Palmeira Lampreia, das Relações Exteriores. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Audiência pública com Everardo Maciel, secretário da Receita Federal, para esclarecimentos acerca do Orçamento 2000 e do PPA 2000/2003. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados*

### PREVISÃO DA SEMANA

### PLENÁRIO

Quarta-Feira (17.11.99)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: \*PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991; quinto e último dia de discussão (votação nominal), em primeiro turno, da \*PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; \*PLS nº 136/99, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; \*PLC nº 50/95, que introduz alterações na Lei nº 7.998/90, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico; \*PLC nº 82/95, que dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. (cômputo na jornada de trabalho do tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, e para seu retorno, quando não servido por transporte público); \*PLC nº 60/96, que altera o art. 883 da Lei nº 5.869/73, que institui o Código de Processo Civil (permitindo que qualquer pessoa adulta que se encontre no endereço indicado possa receber aviso de intimação enviado, por preposto, pelo oficial); \*PDL nº 33/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Mulher Ltda., para explorar canal de TV em Araraquara (SP); \*PDL nº 37/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, para explorar rádio OM em Teresina (PI); \*PDL nº 45/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda., em FM, em Campo Grande (MS); \*PDL nº 58/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Negrinho Ltda. (SC), em OM; \*PDL nº 101/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação João XXIII para explorar rádio OM

em Mafra (SC); \*PDL nº 104/98, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. (RJ), em OM; \*PDL nº 106/98, que aprova o ato que renova a concessão do Sistema Independência de Rádio e Comunicações Ltda. (SIR), em OM, em São José do Rio Preto (SP); \*PDL nº 109/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Isaac de Comunicação, para explorar rádio FM em Blumenau (SC); \*PDL nº 128/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Navegantes de Porto Lucena (RS), em OM; \*PDL nº 127/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Século Vinte e Um, para explorar canal de TV educativa em Campinas (SP); e \*Requerimento nº 635/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 526 e 538, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Quinta-Feira (18.11.99)

10h — Sessão deliberativa ordinária

Comporecimento ao plenário, para interpeleção, do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca.

Sexta-Feira (19.11.99)

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-Feira (17.11.99)

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Audiência pública com os procuradores da República do Distrito Federal, Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb, para prestarem informações sobre a ação cautelar preparatória da ação de improbidade e ação civil pública, contra Luiz Antonio Buffara.

Pauta-Extra: \*PR nº 1/99, que regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal.

*Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre ilegalidades e superfaturamento da obra no Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo.

*Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outros itens, Emenda nº 1 de plenário ao substitutivo do \*PL nº 180/99, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; \*PLS nº 59/99, que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo; \*PLS nº 232/99, que altera o artigo 46, da Lei nº 6.515/77; \*PLS nº 281/99, que altera o art. 1.611 do Código Civil, estendendo o benefício do parágrafo 2º ao filho necessitado portador de deficiência; \*PEC 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e \*PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64.

Pauta-Extra: \*PLC nº 44/99 — complementar (tramitando em regime de urgência constitucional), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 80/94 (organiza a Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Subcomissão do Rádio e TV

Audiência Pública - Tema: Radiodifusão Comunitária  
Convidados: Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel; Emmanoel Emir Alcântara Magalhães, presidente da Rádio Ar Livre (RJ); José Luiz do Nascimento Sotter, presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (DF), e Paulo Fernando Silveira, juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba (MG). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Quinta-Feira (18.11.99)

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Entre outros itens, \*PL nº 11-B/99 — CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 76 milhões, para os fins que especifica; \*PL nº 22/99-CN, que abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; \*PL nº 29/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de encargos financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1 bilhão; e \*PL nº 34/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do gabinete do ministro Extraordinário de Política Fundiária, crédito suplementar no valor de R\$ 79,9 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados*

Terça-Feira (23.11.99)

Após Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Exposição do ministro da Justiça, José Carlos Dias, a respeito do Direito Penal Eficaz (redução de pena). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Souto divulga conclusões sobre prédio do TRT-SP

Senadores da comissão vêm investigando desde abril denúncias de superfaturamento na construção do edifício das Juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal, que já consumiu R\$ 228 milhões e ainda não ficou pronto

O relator da CPI que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentará amanhã, às 10 horas, suas conclusões sobre as denúncias de ilegalidades e superfaturamento na construção do prédio das Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Este será o sétimo relatório sobre as investigações da CPI.

Os senadores da comissão parlamentar de inquérito vêm investigando as denúncias sobre as obras do TRT-SP desde abril e já ouviram mais de dez pessoas envolvidas na construção do edifício. Até agora, foram gastos na construção R\$ 228 milhões e o prédio



ainda não ficou pronto.

Um dos auditores do Tribunal de Contas da União que acompanhou as obras, Paulo de Tarso de Oliveira, afirmou à CPI que o contrato de

construção do prédio continha "cláusulas leoninas" contra a administração pública e indicava superfaturamento de preços. Ele confirmou aos senadores que foram feitos pagamentos antecipados pelo TRT sem qualquer contrapartida ou antes mesmo de assinado o contrato entre a Incal Incorporações e o tribunal. Vários depoimentos apontaram o juiz aposentado Nicolau da Costa Neto como o responsável pelas irregularidades encontradas.

## Presidente do Senado prevê mudanças

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na sexta-feira que as conclusões da CPI do Judiciário devem servir para que aquele Poder mude do rumo. Do contrário, advertiu, estará evidenciada a sua falência.

Antonio Carlos avaliou positivamente os primeiros relatórios setoriais da comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de irregularidades cometidas por membros do Poder Judiciário.



Antonio Carlos Magalhães e William Cohen discutiram aumento da cooperação em áreas como o combate ao narcotráfico

## Secretário discute com ACM cooperação na Defesa e no combate ao narcotráfico

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na sexta-feira, em seu gabinete, o secretário da Defesa dos Estados Unidos, William Cohen, que veio ao país para assinar um acordo de cooperação com o Ministério da Defesa e manter contatos com diversas autoridades. O secretário estava acompanhado do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP).

Segundo informou Antonio Carlos após o encontro, o secretário manifestou o desejo de estreitar as relações e os contatos entre os dois países em campos de cooperação como o combate ao narcotráfico e as atividades das pastas de Defesa.

A comitiva norte-americana incluiu, ainda, o general Charles Wilhelm, comandante do Comando Sul do Exército dos Estados Unidos.



O juiz Nicolau dos Santos Neto depôs na CPI sobre construção de prédio do TRT

## Relatórios estão na Internet

Os seis primeiros relatórios apresentados à CPI pelo senador Paulo Souto – todos foram aprovados – já podem ser encontrados na primeira página do site do Senado na Internet ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)). Eles

tratam das investigações de irregularidades nos tribunais regionais do Trabalho do Rio de Janeiro e da Paraíba, mandados de soltura de narcotraficantes no Amazonas, adoções de crianças em Jundiá (SP),

condenação bilionária sofrida pelo Basa na Justiça do Amazonas e dilapidação do patrimônio do menor Luiz Gustavo Nominatto num processo na Vara de Órfãos e Sucessões de Brasília. Os mesmos relatórios podem ser vistos na *home page* do senador Paulo Souto, no site do Senado.

## João Alberto apresenta parecer sobre venda facilitada de dólares



O senador João Alberto (PMDB-MA) apresenta hoje à CPI do Sistema Financeiro, às 15h, relatório sobre a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, às vésperas da desvalorização cambial de janeiro passado.

No documento, o relator afirma que não havia risco de quebra do sistema financeiro caso o BC não vendesse os dólares aos preços negociados e, por isso, propõe que a então diretoria do Banco Central, presidida por Francisco Lopes, seja responsabilizada pelos prejuízos, junto com o ex-dono do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, e com os controladores do Banco FonteCindam.

Com isso, os ex-diretores do BC e os banqueiros terão de ressarcir o Banco Central pelos prejuízos com a operação, conforme o senador João Alberto. O Tribunal de Contas da União será acionado para calcular os valores dos prejuízos e as conclusões do relatório serão enviadas no início de dezembro ao Ministério Público para as providências judiciais.

A venda dos dólares ao Marka e ao FonteCindam foi um dos oito fatos investigados pela CPI dos Bancos, quando foram ouvidos depoimentos de ex-diretores, funcionários do Ban-



João Alberto quer ver ex-diretores do BC responsabilizados

co Central e os banqueiros envolvidos, além de diretores da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BMF).

O primeiro relatório do senador João Alberto, já divulgado, trata dos negócios entre a construtora Encol e o Banco do Brasil. O relator responsabiliza a diretoria do BB pela falência da empresa e pelos

prejuízos que vêm sendo assumidos pelos mutuários da Encol, afirmando que os empréstimos concedidos (cerca de R\$ 300 milhões) tiveram a característica de "favor" e não contaram com garantias sólidas.

## CAE aprecia hoje projeto que regula acesso ao Sifi

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar uma pauta de oito itens. Entre eles, projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira e outros sistemas de informações de órgãos públicos federais. O projeto recebeu parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que ofereceu substitutivo assegurando a todo cidadão o direito a informações detalhadas do Sifi para fins de análise de atos administrativos governamentais.

A CAE aprecia, na mesma reunião, dois projetos em caráter terminativo. Um deles, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), dispõe sobre a obrigatoriedade da declaração de preço total nas vendas a prestação e o outro, do senador Romero Jucá (PSDB-RR), sobre a destinação de recursos arrecadados em decorrência da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados

por Veículos Automotores (DPVAT). Os relatores dessas propostas são, respectivamente, os senadores José Alencar (PMDB-MG) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Será examinado ainda parecer desfavorável do Banco Central sobre a solicitação da Prefeitura Municipal de Teresina (PI) para contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 3,4 milhões, destinada à implantação do projeto de modernização da administração tributária do município. O relator da matéria é o senador Romero Jucá, que ofereceu parecer favorável ao indeferimento do BC, nos termos de projeto de resolução que apresenta.

Outra matéria na pauta da CAE é o projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que altera a legislação sobre a vigilância sanitária a que estão sujeitos os medicamentos e insumos farmacêuticos. A proposta recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).



Mestre Elias começou a trabalhar como carpinteiro na Paraíba e vive em Brasília desde 1972

## Senado Galeria exhibe trabalho de Elias Sobrinho

A Senado Galeria abre hoje a mostra "O Processo de Trabalho do Luthier – Artesão que Fabrica Instrumentos – Elias Sobrinho". Radicado em Brasília desde 1972, mestre Elias iniciou sua profissão de carpinteiro ainda criança, em Catolé do Rocha, Paraíba.

Aos 82 anos de idade, constrói violas, violões, cavaquinhos e bandolins,

sem nunca ter tido iniciação musical. A exposição vai mostrar todo o processo de construção desses instrumentos.

A mostra vai até 26 de novembro e fica aberta de segunda a sexta, das 9 às 18h30 e aos sábados e domingos, das 10 às 14 horas. A Senado Galeria fica no corredor que liga o edifício principal do Senado ao Anexo I.

## Dia do Diabetes terá debate de parlamentares e especialistas

No Dia Nacional e Internacional do Diabetes, amanhã, parlamentares e especialistas discutem o tema "Diabetes, o doce da vida sob controle", no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, a partir das 10h. O debate, patrocinado pelo Senado, pela Terceira Secretaria da Câmara, pelo Ministério da Saúde, pela Organização Mundial da Saúde e por entidades de apoio a portadores da doença, está sendo organizado pelo gabinete do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

O principal objetivo do evento é debater como garantir informação, educação específica e acesso universal a medicamentos e materiais de que os diabéticos necessitam para manter sua qualidade de vida, à semelhança da distribuição gratuita e universal da terapia anti-retroviral para portadores

de HIV, obrigatória no Brasil desde novembro de 1996.

A programação para o dia 17 inclui, às 10h30, palestra de Laércio Joel Franco, endocrinologista e professor titular da Escola Paulista de Medicina; às 11h30, painel com avaliação dos projetos de iniciativa do Legislativo; às 12h, lançamento do livro *Doçura Amarga*, de Mônica Pinto Messias; às 15h, apresentação, pelo médico Raimundo Sotero, da Sociedade Brasileira de Diabetes, da experiência da colônia de férias para diabéticos de Sergipe; às 15h30, mesa redonda em que os médicos Nelson Rassi, Hermelinda Pedrosa e Geniberto Paiva Campos apresentarão as diversas maneiras de controle e automonitoramento do diabetes; às 16h30, equipe de ginástica do Ministério da Saúde apresenta técnicas de alongamento e relaxamento.

# Bancada feminina pretende influir em pauta do Congresso

Encontro de senadoras e deputadas definiu como prioritários os projetos que tratem de questões ligadas às mulheres

A bancada feminina no Congresso reuniu-se na residência da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), para discutir a estratégia de participação das mulheres na elaboração da pauta de trabalhos do Congresso.

Entre as deliberações, destaca-se a organização de mobilizações referente ao Dia Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, que deverão ocorrer no próximo dia 25 de novembro, e ainda sobre o desenvolvimento de ações voltadas para o estímulo à candidatura de mulheres nas próximas eleições, dentro da Campanha da Mulher sem Medo do Poder.

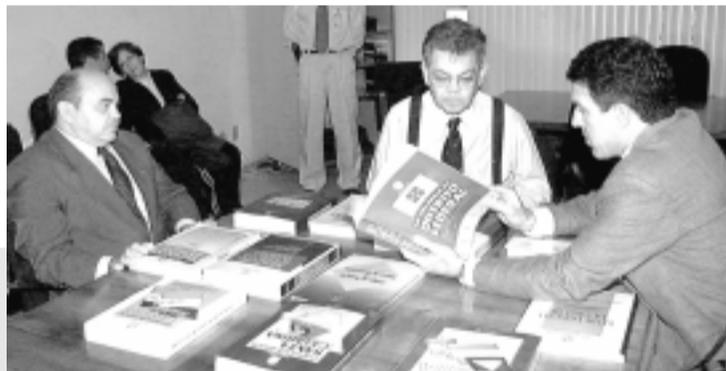
O encontro também definiu prioridades em relação aos projetos em tramitação no Senado e na Câmara que tratem de questões ligadas à mulher e decidiu que a atuação da bancada deverá ser integrada com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A reunião, organizada por Luzia



Luzia Toledo promoveu reunião que contou com mais três senadoras e cinco deputadas

Toledo, contou com a participação das senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Marluce Pinto (PMDB-RO) e das deputadas Jandira Feghalli (PC do B-RJ), Maria Elvira (PMDB-MG), Iara Bernardi (PT-SP), Esther Grossi (PT-RS) e Yeda Crusius (PSDB-RS).



Claudionor (E) recebeu Ronaldo Cunha Lima e Agaciel Maia

## Ronaldo Cunha Lima visita Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Quatro dias depois de retomar seu mandato, após uma licença para tratamento de saúde, o primeiro-secretário do Senado Federal, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), fez na sexta-feira uma visita à Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep). O senador foi acompanhado do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia.

O diretor-executivo do Seep, Claudionor Moura Nunes, apresentou ao primeiro-secretário e ao diretor-geral a endereçadora-embaladora italiana CMC, que tem economizado espaço e serviço nos gabinetes dos parlamentares. A partir de um *mailing* (lista de endereços) fornecido *on line* pelos senadores, a máquina já etiqueta e embala os exemplares, que podem seguir da gráfica diretamente para o Correio. Antes, os livros e outras publica-

ções eram despachados para cada gabinete, onde eram etiquetados e embalados um a um, para depois serem remetidos por via postal.

O senador destacou o constante aprimoramento da gráfica do Senado, que, segundo ele, faz um trabalho "muito bonito". O parlamentar falou também da recuperação do acidente vascular cerebral que sofreu em abril deste ano.

Ronaldo Cunha Lima destacou a perseverança, a força de vontade, a determinação e a fé em Deus que têm ajudado em seu processo de recuperação. Enfatizou também sua confiança na Medicina e na Fisioterapia, e ainda brincou com os jornalistas:

— Meu plano de saúde é ficar bom logo — falou o senador, à saída de sua visita à Seep.

## Biblioteca do Senado abre exposição sobre Rui Barbosa

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal realiza, até o dia 26 de novembro, exposição comemorativa do sesquicentário do nascimento de Rui Barbosa. A mostra expõe um pouco da vida e obra do jurista e senador baiano, através de livros — alguns raros — e documentos, relatando atuação de Rui Barbosa na imprensa e nos campos diplomático, jurídico e político.

A maior parte do acervo em exposição é oriunda da biblioteca particular do ex-senador Luiz Viana Filho. Estão expostos livros raros de autoria de Rui Barbosa, como edições originais do *Elogio do poeta*, de 1881, o famoso *Oração aos Moços*, de 1921, poemas, correspondências e caricaturas publicadas na imprensa. Fazem parte ainda da mostra, dois livros sobre a vida do jurista, também conhecido como a *Águia de Haia*, redigidos pelos ex-senadores Luiz Viana Filho e Josaphat Marinho. A Biblioteca do Senado fica aberta das 8h30 às 18h30.

## Cultura ao Meio-Dia mostra filme de suspense

A atração de amanhã do projeto Cultura ao Meio-Dia é o suspense *Posuídos*, *Ele Está no Meio de Nós*, de Gregory Hoblit, produção americana de 1997. O enredo envolve um condecorado detetive de homicídios John Hobbes (Denzel Washington) e seu parceiro, Jonesy (John Goodman) se confrontando com assassinatos em série cometidos no mesmo estilo de um criminoso executado, que havia sido preso pela dupla. O chefe das investigações (Donald Sutherland) suspeita que um tira desajustado esteja cometendo os crimes.

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, acontece todas as quartas-feiras, no auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Especial Unip* — Papilona virus (1ª parte)  
7h — *Saúde Todo Dia* — Yoga  
7h30 — *Especial Unip* — Papilona virus (1ª parte)  
8h — *Fortes do Brasil*  
8h30 — *Entrevista* — O senador Nabor Júnior fala sobre o Projeto Cidadão  
9h — *Debate* — O senador Francelino Pereira e o produtor de cinema Luiz Carlos Barreto falam sobre a produção do cinema brasileiro  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — CPI que apura irregularidades em instituições financeiras (ao vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — *Debate* — O senador Francelino Pereira e o

produtor de cinema Luiz Carlos Barreto falam sobre a produção do cinema brasileiro  
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

## Quintanilha destaca obras no Tocantins



Quintanilha: "Imenso canteiro de obras"

Ao comentar que o Tocantins vem se transformando em um "imenso canteiro de obras", o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou a iniciativa do governador

Siqueira Campos em firmar parcerias com o governo federal e com a iniciativa privada para melhorar a infra-estrutura do estado. Ele também registrou que no mês passado os trilhos da Ferrovia Norte-Sul chegaram ao Tocantins. Disse que a ferrovia permitirá a integração nacional e o barateamento no curso de frete da produção agrícola do cerrado.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou os esforços do governador Siqueira Campos em favor do seu estado, enquanto Mozarildo Cavalcanti defendeu mais investimentos na região Norte, à qual pertence Tocantins.

## Romero Jucá quer recredenciar no SUS unidades de RR



Romero Jucá: prejuízos à população

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo ao ministro da Saúde, José Serra, para que revogue a portaria que descredenciou os sistemas de atendimento médico-hospitalar sob gestão do estado de Roraima do recebimento de verbas do SUS. Ele afirma que não se pode deixar desassistida a população do interior do estado.

— Reconheço que podem ter havido irregularidades, que devem ser investigadas, mas não é possível repassar todas as verbas para apenas um dos municípios, deixando os demais sem atendimento médico-hospitalar — argumentou.

Romero Jucá protestou, também, contra a decisão do governador Neudo Campos (RR) de proibir o acesso da imprensa às informações dos boletins de ocorrência das delegacias de polícia.

# Senadores analisam proposta de criação de fundo contra a miséria

No relatório que apresentará à Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, o deputado Roberto Brant incorpora, com adaptações, a proposta feita por Antonio Carlos Magalhães



A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza reúne-se hoje, às 14 horas, para debater o relatório do deputado federal Roberto Brant (PFL-MG), que acolheu, em seus principais termos, a proposta de emenda constitucional do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Destinada a discutir e apresentar sugestões ao relatório, a reunião ocorrerá no horário normalmente destinado às votações da sessão plenária do Senado, razão pela qual a Ordem do Dia de hoje foi cancelada. A Hora do Expediente, dedicada aos discursos dos senadores, está mantida.

A proposta de Brant prevê que



Para que a comissão possa apreciar o relatório de Brant, a partir das 14 horas, o plenário não terá hoje Ordem do Dia

o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza existirá de 2000 a 2010, com o objetivo de possibilitar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência. Seus recursos deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de interesse

social voltados para a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com o relatório, o fundo será constituído por parcelas de diversos tributos e contribuições, incluindo 2% do IOF e 1% das movimentações financeiras nas contas CC-5. Para a composição desse fundo, estão previstos também 10% dos recursos

destinados ao Sebrae, assim como contribuições voluntárias, as quais serão dedutíveis do Imposto de Renda. A previsão preliminar de arrecadação feita pelo relator é de R\$ 8 bilhões.

Noventa e oito proposições em tramitação no Legislativo para reduzir a miséria foram examinadas pelo relator, embora a maioria não tenha sido considerada pertinente aos objetivos da comissão. O relator também não acolheu idéia da senadora Marina Silva (PT-AC) para que, dentro do Orçamento da União, fosse criado um fundo social destinado à erradicação da miséria. A Comissão de Assuntos Econômicos chegou a aprovar emenda ao Orçamento para o próximo ano, destinando R\$ 1,5 bilhão a esse fundo social. A senadora pretende voltar a insistir com o relator para que sua idéia seja incorporada ao relatório.

## Parlamentares fazem visitas ao Rio e a São Paulo

A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza encerrou a semana passada visitando São Paulo e Rio de Janeiro, com o propósito de conhecer programas que vêm tendo êxito na redução da miséria nesses centros urbanos. Também estava prevista para o último sábado uma audiência com o economista Celso Furtado, que não pôde vir fazer uma exposição para a comissão em Brasília.

Em São Paulo, a visita começou

pela Cooperativa de Catadores de Papelão, em Pinheiros, Zona Oeste, onde 150 pessoas trabalham na coleta, seleção e limpeza de material reciclável. Os equipamentos usados são dos próprios cooperados, que recolhem 200 toneladas de lixo por mês, o que possibilita renda média mensal de dois salários mínimos a cada um.

Os cooperados informaram que a cooperativa está ameaçada de fechar as portas porque a prefei-

tura requisitou o espaço. Os parlamentares da Comissão da Pobreza se comprometeram a ajudá-los a manter o lugar. A segunda visita foi à comunidade São Martinho, na Zona Leste, um centro de convivência que dá assistência à população de rua. Depois, os parlamentares foram à cadeia de Pinheiros, visitar os internos removidos da unidade Imigrantes da Febem.

À tarde, a comissão visitou a comunidade metodista do povo

da rua, situada sob um viaduto. Os parlamentares foram também a Mariápolis, na Vargem Grande paulista, conhecer o movimento Focolaris e o Fórum Empresarial Espartacus. O movimento prega a solidariedade, enquanto o fórum pratica a chamada economia de comunhão, que implica na seguinte divisão dos lucros: investimento nas próprias empresas, capacitação de pessoas e doação aos pobres.

## CCJ discute amanhã emenda sugerida por ACM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina amanhã, às 10 horas, proposta de emenda constitucional de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Os principais pontos da proposta foram acolhidos pelo relatório final da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, elaborado pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG), que será apreciado hoje.

Na justificativa da emenda, o senador afirma que apenas o crescimento econômico é insuficiente para resgatar da pobreza os cerca de 40 milhões de brasileiros que vi-

vem sem ter acesso às condições básicas da cidadania. "Não podemos esquecer que a fórmula de utilizar o crescimento econômico como único meio de combater a pobreza gerou, no Brasil dos anos 70, uma das maiores concentrações de renda do planeta", acrescentou.

A proposta aponta 13 fontes de receitas para o fundo, entre as quais 10% do FEE, 2% do IOF, 3% do Imposto sobre Importação, 1% do Imposto de Renda de estados e municípios com mais de 500 mil habitantes, 20% do PIS/Pasep direcionado ao BNDES, 10% dos recursos destinados ao Sebrae e 1% das movimentações financeiras das CC-5. Também

prevê o acréscimo de 10% do IPI sobre bens de luxo e supérfluos e, ainda, sobre o fumo e bebidas alcoólicas.

Pela proposta, o fundo poderá, ainda, vir a contar com outras receitas, a serem definidas na lei que deverá regulamentá-lo. Um Conselho Gestor, formado por representantes da sociedade e "sem qualquer traço de política partidária", de acordo com o senador, fará a administração e controle das verbas do fundo. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, apresentou parecer recomendando a sua aprovação.

A CCJ, presidida pelo senador José

Agripino (PFL-RN), também deverá apreciar proposta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que adia para 2010 a entrada em vigor da exigência do critério de desempenho para o acesso das agremiações ao fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão.

Constam ainda da pauta outras 11 matérias, incluindo projetos de Leomar Quintanilha (PPB-TO), proibindo a criação de cães da raça pit bull, com parecer favorável de Ramez Tebet (PMDB-MT), na forma de substitutivo, e de Edison Lobão (PFL-MA), que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, com parecer favorável de Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

# Francelino apela para que governo controle inflação

Elevação do IPCA no mês de outubro preocupa senador, para quem a população também tem um papel a desempenhar para evitar que país volte a sofrer efeitos danosos da escalada dos preços

Ao informar que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 1,19% em outubro, contra 0,31% no mês anterior, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) dirigiu na sexta-feira apelo ao governo federal e à população brasileira para que não deixem a inflação retornar. Ele disse ter ficado apreensivo com os números anunciados pelo IBGE e lembrou que o país viveu anos dramáticos com o aumento desenfreado dos preços:

— A inflação promove o deleite dos ricos e aumenta a miséria dos pobres. Apenas com o Plano Real o Brasil pôde mostrar ao mundo que finalmente tinha capacidade



Francelino: "Inflação promove o deleite dos ricos e aumenta a miséria dos pobres"

de debelar o flagelo da inflação. Éramos os campeões mundiais, chegamos a um índice inflacionário de 50% ao mês — recordou

## Lauro Campos cita ocasiões em que FHC "apequenou-se"

Lembrando discurso pronunciado no último dia 8, o senador Lauro Campos (PT-DF) continuou a apontar na sexta-feira as vezes em que, segundo ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso "apequenou-se", esquecendo ou não podendo cumprir o conselho dado pelo amigo e ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que disse, pouco antes de morrer: "Não te apequenes, Fernando".

A primeira ocasião citada por Lauro Campos em que o presidente da República "apequenou-se" foi na utilização do Proer para socorrer o Banco Nacional que, de acordo com ele, havia falsificado moeda escritural e tinha em sua direção a nora de Fernando Henrique Cardoso, Ana Lúcia Magalhães Pinto. O prejuízo, segundo o senador, foi de R\$ 12 bilhões.

Em seguida, o senador pelo Distrito Federal citou o Projeto Sivam, no qual o governo brasileiro recebeu empréstimo de US\$ 1,3 bilhão do Eximbank, com a condição de que o dinheiro só poderia ser utilizado para a compra de equipamentos produzidos pela empresa Raytheon, dos Estados Unidos. Ele concluiu que Fernando Henrique apequenou-se ao aceitar tal cláusula, que permitiu a criação de 20 mil postos de trabalho nos EUA, ao invés de criar 60 mil novos empregos no Brasil.

Lauro Campos também falou sobre o episódio da privatização das empresas estatais de telecomunicações. Ele criticou a atuação do

sucessor de Sérgio Motta no Ministério das Comunicações, Mendonça de Barros, e do BNDES no leilão do Sistema Telebrás. Esta foi outra ocasião em que o presidente apequenou-se, na opinião do senador, sobretudo quando permitiu que André Lara Rezende, então presidente do BNDES, utilizasse o seu nome para conseguir avais e recursos para favorecer o Banco Opportunity:

— Ao invés de o governo pensar em vender o Banco do Brasil, deveria era privatizar o BNDES, ele que é o órgão privatizador e doador, ele que é perverso para a sociedade. Desde o princípio, em 1953, ele retira recursos da sociedade, com juros subsidiados e prazos camaradas, e entrega para os capitalistas nacionais e estrangeiros — afirmou.



Lauro citou Proer, Sivam e as privatizações das estatais de telecomunicações

Francelino Pereira.

O senador por Minas Gerais disse que tem se preocupado com a alta dos preços há alguns meses, e sobretudo nos últimos dias. Ele observou que nem é necessário buscar dados de entidades que fazem pesquisas sobre o custo de vida, pois, assinalou, basta percorrer as principais cidades do país, os grandes centros urbanos para perceber que a inflação ameaça voltar.

Em seu pronunciamento, Fran-

## Lobão defende presidente de críticas da oposição

O senador Edison Lobão (PFL-MA) rebateu na sexta-feira as críticas feitas pelo senador Lauro Campos (PT-DF) ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao governo federal. Para Lobão, Lauro Campos é cético demais e faz duras críticas ao governo, além de prever uma catástrofe política para o país que não é verdadeira:

— As críticas do senador Lauro Campos são injustas. Falo em defesa de pessoas, mais do que de governo. Não consigo entender essa incoerência universal das esquerdas. Gostaria de ver Lula como presidente, a senadora Heloísa Helena como ministra do Planejamento e o senador Lauro Campos como ministro da Fazenda, sem que fosse por muito tempo, pois iriam destruir o Brasil. Torço para que isso aconteça para ver o desempenho deles, pois o governo não é um sonho, é uma realidade, e é impossível governar com radicais, eles só servem para fazer revolução — afirmou Lobão.

Lobão citou o então ministro das Relações Exteriores no governo João Goulart, San Tiago Dantas, que fez duras críticas aos Estados Unidos durante uma viagem internacional, provocando repercussão na imprensa mundial. No dia seguinte, porém, San Tiago Dantas teve que assumir o Ministério da Fazenda, devido à exoneração do titular

celino Pereira também registrou que a Subcomissão Especial do Cinema Brasileiro, da qual ele é relator, já promoveu neste segundo semestre de 1999 seis reuniões ordinárias, sendo quatro audiências públicas. Ele destacou que os trabalhos se desenvolvem em quatro áreas temáticas: ciclo do cinema, investimentos, política pública e legislação:

— Nas audiências públicas ouvimos dez convidados, distribuídos pelos temas da produção, da distribuição, da exibição, da direção, da legislação, da formação profissional e da política pública para o setor — enumerou Francelino Pereira.



Heloísa acredita que seus bisnetos verão "um Brasil solidário"

## Heloísa acha que Brasil será socialista no futuro

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou na sexta-feira sua convicção de que o Brasil terá um governo socialista e popular no futuro. "Talvez não seja para os meus dias, mas meus bisnetos verão um Brasil solidário, que não esteja dividido entre os que comem e os que não comem, como é hoje."

Para Heloísa, o socialismo não morreu. Ao contrário, foi o capitalismo que fracassou, porque continua gerando miséria, fome e doenças no mundo. "O muro de Berlim caiu, mas o muro de concreto que impede os mexicanos de chegar até os Estados Unidos é muito mais vergonhoso e tem matado muito mais gente", opinou.

A senadora por Alagoas lamentou que o Brasil seja subserviente ao FMI e aos interesses dos bancos internacionais. "O FMI, por onde passou, deixou fome e tuberculose, e é o que está acontecendo com o Brasil."

Segundo Heloísa Helena, se o Congresso cumprisse suas obrigações constitucionais, já deveria ter processado o presidente Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade:

— Seriam motivos mais que suficientes a corrupção que tem cercado os leilões de privatização e a abertura da economia ao capital estrangeiro, destruindo postos de trabalho e indústrias e falindo a agricultura — concluiu.



Lobão: "Críticas do senador Lauro Campos são injustas"

da pasta, e mudou seu discurso, passando a elogiar os Estados Unidos. Ao sentar na cadeira do Ministério da Fazenda, observou Lobão, Dantas foi obrigado a "governar com a realidade".

Em aparte, Lauro Campos disse que o governo é "autoritário e despótico" e que o país caminha para o "neonazismo", que seria uma etapa posterior ao neoliberalismo. Lobão rebateu essa afirmativa, dizendo que isso jamais ocorreria no Brasil, cuja consciência nacional repele tal regime, porque gosta de viver na democracia.

O senador pefelista lembrou que Fernando Henrique Cardoso foi reeleito com votação consagrada pelo povo. O presidente, acrescentou, vive um desgaste político que atingiria qualquer outro que estivesse em seu lugar, devido aos problemas que o país e o mundo atravessam. Lobão disse ainda que o presidente tem procurado resolver os problemas do país e diminuir a taxa de desemprego.

# Mozarildo pede firmeza de FHC em favor da Amazônia

Temendo que o G-7, fórum das sete nações mais ricas do mundo, prepare um golpe pela internacionalização da região, senador lamenta que os insistentes alertas da bancada do Norte não estejam sendo ouvidos pelo governo e pela sociedade

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou sexta-feira que o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa rechaçar, com vigor, as tentativas que poderão ser feitas para limitar a soberania brasileira sobre a Amazônia durante a reunião do G-7 (grupo que congrega os sete países mais ricos do mundo), a realizar-se em Florença, no final do mês. Fernando Henrique foi convidado pelo presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, a participar da reunião como observador.

Citando artigo do jornalista Carlos Chagas, publicado no jornal *Correio Braziliense*, Mozarildo afirmou que os países ricos vão lançar uma "isca" ao governo brasileiro acenando com o abatimento de parte da dívida externa do país em troca de compromissos, "uma espécie de cessão parcial de nossa soberania na Amazônia, em

nome da preservação do que chamam pulmão do mundo".

Para Mozarildo, as tentativas de internacionalização da Amazônia não representam novidade. "Nós, da bancada da região no Senado, temos denunciado esses fatos quase diariamente. Mas governo e sociedade têm teimado em não nos ouvir. Precisamos dobrar os esforços para acordar as elites empresariais e políticas do Sul-Sudeste, antes que seja tarde", advertiu.

O senador por Roraima lembrou que o Estado Maior das Forças Armadas está realizando, no Rio de Janeiro, um seminário sobre a Amazônia. "As Forças Armadas brasileiras têm manifestado preocupação com as tentativas internacionais de obter parcerias para explorar as riquezas da Amazônia, em especial, substâncias da medicina natural. Seria bom que o



Para Mozarildo, FHC deve ouvir mais oficiais que conhecem bem a questão amazônica

presidente levasse alguns desses oficiais para assessorá-lo em Florença, alertando-o para o fato de a soberania na região ser, também, um assunto militar", sugeriu.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que "o presidente Fernando Henrique não tem credibilidade para representar os interesses do Brasil na reunião do G-7, depois que se vendeu ao FMI e aos bancos internacionais".

Também em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) rebateu as críticas de Lauro Campos sobre o presidente Fernando Henrique. "Dizer que o presidente não pode defender os interesses brasileiros seria decretar a desordem democrática. As instituições estão funcionando normalmente e o presidente cumprindo suas funções, dentro do sistema democrático. Temos problemas sim, mas esse tipo de crítica não ajuda em nada", concluiu.

## Parlamentares discutem nomeação para a Funai

Ao comentar a nomeação do novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Marés, o senador Mozarildo Cavalcanti afirmou que a maior homenagem que o presidente Fernando Henrique Cardoso poderia fazer aos indígenas brasileiros seria nomear um deles para a presidência da entidade, em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

— Muita gente não sabe, mas temos muitos índios com diploma de curso superior, até mesmo antropólogos e advogados. Ninguém melhor do que um índio para presidir a Funai, uma vez que conhece seus problemas de perto — argumentou o parlamentar.

ONGs

Segundo Mozarildo Cavalcanti, há 41 organizações não-governamentais (ONGs) credenciadas pela Funai, entre 1997 e 99, para cuidar dos indígenas da região Amazônica. "Desse total, apenas três são brasileiras, as demais estrangeiras. Há muita gente ganhando dinheiro à custa dos indígenas. A Funai deveria cassar a maior parte desses credenciamentos", disse.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse, em aparte, que o novo presidente da Funai "precisa ouvir as lideranças indígenas e articular suas ações com outros órgãos do governo e da sociedade civil, uma vez que a questão indígena não diz respeito apenas ao governo, mas ao conjunto da sociedade".

## Marluce Pinto diz que dotação orçamentária para o projeto Calha Norte é insuficiente

O projeto Calha Norte foi contemplado com R\$ 3,763 milhões no Orçamento do ano 2000, de acordo com a proposta que veio do Executivo e está sendo examinada pela Comissão de Orçamento do Congresso, afirmou a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Os recursos não são suficientes, observou ela, mas pelo menos vão garantir a continuidade do programa na Amazônia.

As verbas, informou Marluce Pinto, serão distribuídas em 11 programas distintos, para a distribuição de material didático e equipamentos escolares às comunidades carentes e indígenas da região; a manutenção de embarcações, aeródromos e pequenas centrais elétricas; para a infra-estrutura na fronteira e a conservação de rodovias.

Quanto ao Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000 a 2003, a previsão orçamentária para o Calha Norte é muito pequena, segundo a senadora. Na primeira versão apresentada pelo Executivo foram inseridos R\$ 15,881 milhões.

Para reiniciar o programa, que foi paralisado nos últimos anos, seriam necessários, no mínimo, R\$ 11,5 milhões no Orçamento do próximo ano, afirmou. E o ideal para o Calha Norte



Marluce Pinto acha que a sobrevivência do programa está seriamente ameaçada

ter pleno funcionamento é uma verba anual de R\$ 20 milhões, valor equivalente ao destinado pelo governo ao programa nos anos de 1985, 1986 e 1987.

O programa foi criado em 1985 e nasceu, segundo Marluce, da necessidade de ocupação racional da Amazônia. Tem ainda como objetivo diminuir as desigualdades regionais, observou.

— O programa cumpriu rigorosamente seus objetivos de primeira etapa. Construiu, ampliou e asfaltou 22 pistas de pouso distribuídas nos estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Pará. Construiu bases navais, conjuntos habitacionais, postos de saúde, escolas e hospitais. Também reequipou instalações militares, adquiriu barcos para

transportes, recuperou e abriu estradas. Enfim, implementou os instrumentos necessários para a presença humana e condições de trabalho — disse.

Marluce lamentou que os investimentos para o Calha Norte tenham minguado, chegando a zero no Orçamento de 1999. "É com tristeza que observo, e acredito que todos os colegas da região Norte comigo compartilhem desse pensamento, que, a persistir essa ausência de recursos orçamentários, o Calha Norte não sobreviverá à virada do milênio", concluiu.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiou o discurso de Marluce Pinto, dizendo que o projeto facilitaria a segurança da região.

## Elcio e Lampreia participam de seminário na CRE

Os ministros da Defesa, Elcio Alves, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, participam hoje, às 17h30, da terceira reunião do seminário "Amazônia — Patrimônio Ameaçado?", promovido pela Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Os ministros falarão sobre os riscos de internacionalização da Amazônia, revelarão qual é a estrutura de que o governo dispõe para defender a região, analisarão projetos

como o Sivam e o Calha Norte, e explicarão as medidas institucionais para prevenir e contestar matérias da imprensa internacional que questionam a autoridade do país sobre a Amazônia brasileira.

## Ademir faz homenagem aos 53 anos de *O Liberal*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) saudou, em discurso no plenário, o 53º aniversário do jornal *O Liberal*. O jornal, que circulou pela primeira vez no dia 15 de novembro de 1946, segundo o senador, nasceu panfletário, com objetivo de propagandear as idéias e propostas políticas do então interventor no Pará e principal líder do Partido Social Democrata (PSD), Magalhães Barata.

— *O Liberal* teve uma história grandiosa que muito orgulha o povo do Pará. O jornal sempre foi um vencedor. Em 1958, *O Liberal* rompeu seus vínculos com o PSD, passando a caracterizar-se por uma linguagem mais dinâmica de jornalismo, acompanhando as mudanças e evoluções observadas na imprensa mundial — afirmou.

A maior mudança do jornal ocorreu, segundo o senador, a partir de sua aquisição pelo empresário Rômulo Maiorana, quando passou por profundas mudanças. Ainda hoje, observou, a coluna de Maiorana é a mais lida e comentada no estado.

Posteriormente, acrescentou, o jornal tornou-se um conglomerado empresarial de comunicação, com a aquisição da Rádio Liberal AM e FM e a aglutinação dos jornais *Folha da Tarde*, *Folha Vespertina*, *O Imparcial* e *Flash*. Em seguida, inaugurou-se a TV Liberal, filiada à TV Globo, e a empresa Liberal Vídeo Produções, além da Fundação Rômulo Maiorana, com representações no Rio, em São Paulo e nos Estados Unidos.

*O Liberal* tem, atualmente, uma tiragem de 80 mil exemplares em dias úteis e 120 mil exemplares aos domingos. O jornal, que "é um exemplo de desenvolvimento para a região Norte", segundo o senador, tem tecnologia de última geração, e também pode ser lido na Internet.



Segundo Ademir Andrade, a história do jornal é um "exemplo de desenvolvimento"

# Senadores querem fortalecer cinema nacional

Após ouvir relato pouco otimista a respeito do futuro da indústria, que indica uma redução drástica no número de filmes a serem concluídos nos próximos anos, parlamentares defendem adoção de nova política para o setor

O relator da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador Francelino Pereira (PFL-MG), disse estar convencido da necessidade de se colocar em prática uma política destinada a fortalecer e amparar o cinema nacional. Segundo ele, este é o principal desafio da subcomissão, que tem também por objetivo, como lembrou, propor soluções para retirar o cinema brasileiro da crise que enfrenta.

Francelino Pereira fez essas afirmações depois de o produtor Luís Carlos Barreto desenhar um quadro sombrio do cinema nacional para os próximos anos, caso não sejam adotadas medidas emergenciais destinadas a salvar a arte cinematográfica, começando por mudanças de dispositivos legais que facilitem a canalização de recursos para a produção.

Luiz Carlos Barreto traçou perspectivas preocupantes para o cinema brasileiro. A previsão para o próximo ano, na sua avaliação, é muito ruim: iremos cair de 40 filmes por ano para uma média de três a quatro. “E o mais grave, como se isso não bastasse, é que existem 62 filmes inacabados, que mesmo com subvenção oficial não foram concluídos” revelou.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) defendeu uma tomada de posição do Senado, por meio da subcomissão, para apresentar formas de revitalização da atividade. Para ele, é necessária uma legislação para o cinema, “em defesa de nossa cultura”. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que também é favor de uma legislação para o setor, sugeriu a adoção de medidas de controle e fiscalização de outorga e concessão de emissoras de rádio e TV. O senador defendeu a imediata instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social, previsto na Constituição.

O presidente da subcomissão, senador José Fogaça (PMDB-RS) acha que a instalação do conselho é prioritária para a adoção de uma política para o setor de comunicação social. “Mas as pressões são tantas que o projeto que cria o Conselho Nacional de Comunicação Social se encontra engavetado na Câmara dos Deputados”, informou.



O presidente da subcomissão, senador José Fogaça, defendeu durante debate instalação de Conselho de Comunicação

## Luís Carlos Barreto alerta para o risco de perda de identidade do país

O produtor Luís Carlos Barreto disse na sexta-feira, durante audiência pública na Subcomissão do Cinema Brasileiro, que pela primeira vez no Brasil há um movimento, liderado pelo Senado, favorável à criação de políticas públicas para tornar o país um produtor de imagens com capacidade para difundir-las interna e externamente.

— Um país que não tem seu próprio cinema é como uma casa sem espelhos. Depois de dois meses, as pessoas que moram nessa casa perdem a referência de quem são — alertou.

Barreto defendeu uma ampla reformulação no tratamento para toda indústria audiovisual brasileira, “sob o risco de perdermos a nossa identidade”. Ele alertou para a



estratégia montada pelos Estados Unidos, com apoio do seu governo, e que permite àquele país difundir seu estilo de vida e seus

produtos no mundo inteiro. Barreto sugeriu que a própria subcomissão iniciasse a reação e sugeriu um modo de fazer isso.

— É preciso ressuscitar o projeto de lei complementar à Constituição preparado há 11 anos pelo ex-senador Pompeu de Souza sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação — defendeu.

Segundo o produtor, o projeto de Pompeu é excelente porque, além de dar o foco certo para as propostas essenciais, terá uma repercussão social ao gerar empregos. A principal

qualidade da proposta, destacou, é permitir que o Congresso exerça o controle sobre os meios de comunicação de massa, “sem qualquer conotação de censura”. De acordo com sua análise, quem derrotou essa proposta no Congresso, quando ela foi apresentada, “não foi a instituição, mas os parlamentares que são donos de meios de comunicação”.

Luís Carlos Barreto participou como fotógrafo de alguns dos clássicos do “Cinema Novo”, como *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos e *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de Roberto Santos. Hoje, como um dos principais produtores do cinema nacional, ele sustenta que — a exemplo do que acontece em países como a Itália, França e Alemanha — o Brasil precisa providenciar a criação de um Fundo de Produção de Imagens, com recursos provenientes de taxação sobre o faturamento das emissoras de tevê.

## Brasil tem poucas salas de exibição por habitante

O exibidor Luís Severiano Ribeiro Neto manifestou na sexta-feira sua preocupação quanto às dificuldades que a categoria vem enfrentando no Brasil. À frente de um grupo que se mantém ativo há 84 anos, ele admitiu que essas dificuldades, “resultado de várias inovações, como a proliferação das salas multiplex”, podem ser melhor avaliadas quando se verifica que, em pouco tempo, das 3.500 salas de exibição que existiam no país, restam apenas 1.500.

O resultado, disse ele, é que o Brasil é, atualmente, um dos países que apresentam um dos menores índices

de salas por espectadores, com uma para cada 100 mil, enquanto nos Estados Unidos há uma sala para cada sete mil; na Itália, uma para cada dez mil e, na França, uma sala para cada 15 mil espectadores.

Luís Severiano também defendeu a ampliação dos estímulos para a exibição de filmes brasileiros, como, por exemplo, a “cota de tela”. Trata-se, segundo ele, de um prêmio para os exibidores que ultrapassarem a cota de 42 filmes nacionais por ano e, assim, ganharem o direito a um desconto na carga tributária a ser paga.

No entanto, ele também ressaltou

que filmes estrangeiros, como *Titanic*, que teve um público de 17 milhões de espectadores no Brasil, “ajudam a aquecer o mercado”.

— Quem saía de casa para ver o *Titanic* e encontrava uma fila muito grande na porta do cinema, ia ver outro em uma das salas mais próximas — explicou.

O ideal, segundo o exibidor, é que o espectador possa dispor de filmes brasileiros, americanos, italianos, franceses para assistir. Ele também informou que, hoje, o Rio de Janeiro é a cidade onde há o maior público para filmes nacionais no país.

## Avellar pede esforço pela formação de público

Durante a audiência pública de sexta-feira, o crítico e distribuidor de cinema José Carlos Avellar disse que, atualmente, “o ponto chave da atividade cinematográfica é a distribuição”. Ele propôs que o governo estimule a ocupação de áreas populares, através de salas preparadas para filmes que não tenham as características dos filmes norte-americanos. “A cultura é que faz o mercado”, frisou.

Ele citou o trabalho que vem realizando à frente do Rio Filmes, distribuidora da prefeitura do Rio de Janeiro, que, desde 1991, exhibe produções nacionais e promove debates semanalmente em escolas cariocas. O objetivo, segundo ele, é a formação de um público mais receptivo ao cinema nacional e mais crítico quanto à produção cinematográfica americana.

A grande preocupação com a supremacia dos produtos audiovisuais norte-americanos tem sido constante entre os convidados que participaram das quatro audiências públicas já realizadas pela Subcomissão de Cinema. Avellar, por exemplo, ressaltou que a inferioridade brasileira nesse campo se acentua à medida que os americanos têm tido um apoio decisivo do seu governo.

— Dispondo de financiamentos com taxas de juros de 2%, os exibidores americanos estão conseguindo ampliar sua rede de distribuição em todo mundo, inclusive no Brasil, onde cerca de 300 das 1.500 salas hoje existentes são do modelo multiplex — disse ele.

Para Avellar, o cinema brasileiro enfrenta uma grande dificuldade quando procura se impor no mercado distribuidor, pela precariedade de recursos para divulgar seus produtos. Desse modo, segundo o distribuidor, o filme *Central do Brasil*, por exemplo, só conseguiu ampliar seu público depois que já estava sendo exibido por três semanas, como resultado da propaganda boca-a-boca.